



7 de julho de 2021

081/2021-PRE

## OFÍCIO CIRCULAR

Participantes do Listado B3

Ref.: **Novos Critérios para Concessão, Manutenção e Revogação do Selo –  
– Novo Roteiro Básico - Regimento do Comitê PQO - e a Nova  
Composição do Comitê**

O Programa de Qualificação Operacional (PQO) foi criado em 2006, com os participantes do mercado, como iniciativa para avaliar e reconhecer a qualidade dos serviços prestados pelos participantes da B3.

Os investidores institucionais, não residentes ou pessoas físicas, exigem elevados níveis de sofisticação, de qualidade dos negócios, serviços, controles internos, compliance, governança corporativa e solidez das instituições que compõem o mercado brasileiro de capitais.

O PQO permitiu, nesse período, contribuir para elevar o nível das instituições que compõem o mercado brasileiro de capitais e dar reconhecimento dessa importância aos participantes do nosso ecossistema. Ao longo desse tempo, foram criados 5 (cinco) selos que ajudaram a diferenciar as atividades dos participantes: execution, carrying, non residente broker, retail e agro broker.

Como evolução do PQO e, bastante debatido com o mercado, sobretudo, corretoras e bancos prestadores de serviços de intermediação de negócios e carrying, em 2021, os selos específicos deixarão de existir, e será lançado o Selo do Programa de Qualificação Operacional, que representará o status de

Este Ofício Circular produz efeitos a partir da data de sua publicação, respeitados os prazos específicos de vigência, se houver.

O teor deste documento confere com o original assinado, disponível na B3.

Praça Antonio Prado, 48 – 01010-901 – São Paulo, SP  
Tel.: (11) 2565-4000 – Fax: (11) 2565-7737

1



081/2021-PRE

excelência dos participantes em seus processos de controles internos, governança corporativa e compliance, atributos estes que buscam a higidez e a confiança do nosso ecossistema.

O Selo do Programa de Qualificação Operacional terá como requisito o cumprimento do Roteiro Básico. As informações relativas aos roteiros específicos, serão mantidas exclusivamente no Datawise, como um serviço de visão estratégica e posicionamento de cada participante.

As alterações apresentadas entrarão em vigor após a conclusão das auditorias do ano de 2021 realizadas pela BSM Supervisão de Mercados. Em data oportuna, comunicaremos as instituições sobre o processo de mudança para o novo selo do PQO.

O novo Roteiro Básico do Programa de Qualificação Operacional (PQO), contendo normas recentes do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), atualizações normativas da B3 e temas de importante relevância para o setor, tais como a segurança cibernética, o controle de risco pré-negociação e a política de responsabilidade socioambiental, está disponível em [www.b3.com.br](http://www.b3.com.br), em B3, Qualificação e governança, Certificações.

O Regimento do Comitê Interno de Certificação do Programa de Qualificação Operacional, anexo a este Ofício Circular, consolida as diretrizes do PQO para que todos os participantes e investidores obtenham informações completas e pertinentes sobre os critérios para a concessão, manutenção e revogação do Selo do Programa de Qualificação Operacional.

Ficam expressamente revogados quaisquer outros dispositivos que, de alguma forma, contrariem o disposto neste Ofício Circular.

Este Ofício Circular produz efeitos a partir da data de sua publicação, respeitados os prazos específicos de vigência, se houver.

O teor deste documento confere com o original assinado, disponível na B3.  
Praça Antonio Prado, 48 – 01010-901 – São Paulo, SP  
Tel.: (11) 2565-4000 – Fax: (11) 2565-7737

Ademais, em decorrência de reorganização na estrutura interna da B3, foi reformulada a composição do Comitê de Certificação do PQO, cujos integrantes e cargos encontram-se relacionados a seguir.

- Presidente
- Vice-Presidente de Operações – Negociação Eletrônica e CCP
- Vice-Presidente de Operações – Emissores, Depositária e Balcão
- Vice-Presidente de Produtos e Clientes
- Diretor de Administração de Risco
- Diretor de Negociação Eletrônica
- Diretor de Relacionamento com Clientes – Brasil (Coordenador)
- Diretor de Autorregulação da BSM Supervisão de Mercados

Por fim, gostaríamos de registrar nossos agradecimentos às instituições que participaram ativamente do processo de renovação do PQO, bem como da audiência restrita referente ao novo Roteiro Básico.

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos com a Diretoria de Relacionamento com Clientes – Brasil, pelo e-mail [pqo@b3.com.br](mailto:pqo@b3.com.br).

Gilson Finkelsztain  
Presidente

José Ribeiro de Andrade  
Vice-Presidente de Produtos e Clientes



081/2021-PRE

## **Anexo do Ofício Circular 081/2021-PRE**

### **REGIMENTO DO COMITÊ INTERNO DE CERTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO OPERACIONAL (PQO)**

#### **CAPÍTULO I DO OBJETO**

**Art. 1º.** O Comitê Interno de assessoramento ao Presidente consiste em órgão de caráter permanente, criado nos termos do disposto do Artigo 35, alínea f do Estatuto Social da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e regulado pelo disposto neste Regimento.

**Art. 2º.** O presente Regimento do Comitê Interno de Certificação do Programa de Qualificação Operacional – PQO (Regimento) da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (Companhia) tem por objeto estabelecer as regras de organização e o funcionamento do Comitê Interno de Certificação do PQO (Comitê Interno) e os critérios que este adota para a concessão, manutenção e revogação do Selo de Qualificação (Selo) no âmbito do referido programa.

**Parágrafo único.** Entende-se, para os fins deste Regimento, que o Selo é sinal representativo de padrão diferenciado de especialização e de qualidade na prestação de serviços pelos participantes do Listado B3.

Este Ofício Circular produz efeitos a partir da data de sua publicação, respeitados os prazos específicos de vigência, se houver.

O teor deste documento confere com o original assinado, disponível na B3.  
Praça Antonio Prado, 48 – 01010-901 – São Paulo, SP  
Tel.: (11) 2565-4000 – Fax: (11) 2565-7737

1/15

**Art. 3º.** A concessão de autorização para a utilização do Selo por instituição detentora de autorização de acesso para atuar nos ambientes, sistemas e mercados administrados pela B3 – Listado B3 (participante) é condicionada ao atendimento dos requisitos definidos no Roteiro Básico, comprovado por meio dos procedimentos adiante descritos estando, essa autorização, sujeita ao processo de revisão ou de cancelamento, a qualquer tempo, nos termos deste Regimento.

## **CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO**

**Art. 4º.** O Comitê Interno deve ser formado por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 9 (nove) membros, indicados pelo Presidente da Companhia, todos com mandato unificado de 2 (dois) anos, podendo ser substituídos a critério do Presidente, a qualquer tempo.

**§1º.** A composição do Comitê incluirá, necessariamente, o Presidente da Companhia.

**§2º.** Os demais membros do Comitê Interno são escolhidos pelo Presidente e devem exercer um dos seguintes cargos na B3: Vice-Presidente, Diretor ou Superintendente.

**§3º.** Nos casos de vacância de cargo(s) de membro(s) do Comitê Interno, compete ao Coordenador do Comitê Interno indicar substituto(s), observado o disposto neste artigo, para aprovação do Presidente.

**Art. 5º.** O Diretor de Autorregulação da BSM Supervisão de Mercados integra o Comitê Interno como convidado, sem direito a voto.

**Art. 6º.** A composição do Comitê Interno será divulgada ao mercado pelos meios de comunicação institucionais da B3.

### **CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO**

**Art. 7º.** O Comitê Interno reunir-se-á em caráter extraordinário, por solicitação do Coordenador ou, na ausência deste, do Secretário do Comitê Interno.

**§1º.** As pautas das reuniões devem ser definidas pelo Coordenador, sendo que os demais membros podem sugerir assuntos adicionais a serem apreciados pelo Comitê Interno.

**§2º.** O quórum mínimo de instalação das reuniões do Comitê Interno é o da maioria dos membros.

**§3º.** É permitida a participação dos membros nas reuniões por meio de sistema de conferência telefônica, videoconferência, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do membro do Comitê Interno e a comunicação com todas as demais pessoas presentes na reunião. Os membros do Comitê Interno que participarem das reuniões nos termos deste parágrafo serão considerados presentes na reunião e devem dar ciência a correspondente ata.

**Art. 8º.** O Comitê Interno pode requisitar, para suporte às suas discussões e deliberações, o apoio de consultores contratados pela B3, bem como de integrantes do corpo executivo e de colaboradores da B3 ou da BSM, que detenham informações relevantes ou cujos assuntos da pauta sejam pertinentes à sua área de atuação, podendo as referidas pessoas, inclusive, participar de reuniões do Comitê Interno na qualidade de convidados, sem direito a voto.

**§1º.** Os convidados devem respeitar os deveres de lealdade e sigilo, refletindo sobre sua capacidade de contribuir de forma independente, devendo declarar-se impedidos sempre que surgirem situações de conflito que possam afetar os interesses da Companhia.

**§2º.** A participação de convidados externos limitar-se-á exclusivamente à discussão de assuntos pertinentes à sua área de atuação, sendo vedado o seu acesso a quaisquer dados e/ou informações consideradas sigilosas ou que possam afetar os interesses da Companhia e de seus acionistas.

**Art. 9º.** As deliberações do Comitê Interno devem ser aprovadas por maioria dos votos dos membros presentes com direito a voto, exceto no caso das deliberações que tratem de concessão de autorização de utilização do Selo, submissão de autorização de utilização do Selo ao processo de revisão ou de cancelamento de autorização de utilização do Selo, hipóteses nas quais a deliberação do Comitê Interno será aprovada por, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos membros presentes com direito a voto.

**§1º.** Em caso de empate, cabe ao Presidente decidir sobre a matéria colocada em votação.

**§2º.** As deliberações do Comitê Interno relacionadas à concessão de autorização de utilização do Selo são válidas durante o ano em que a deliberação tenha sido tomada, podendo o Comitê Interno reavaliar, na hipótese de cumprimento de requisitos para a concessão do Selo ou a pedido do Presidente, as autorizações concedidas na primeira reunião de cada ano, oportunidade na qual deverá deliberar acerca da manutenção, cancelamento ou submissão da autorização ao processo de revisão.

**§3º.** Os membros do Comitê Interno, bem como os convidados que eventualmente participem de reuniões devem manter em sigilo as informações e documentos a que tiverem acesso durante as reuniões e que lhes sejam encaminhados, bem como respeitar o dever de lealdade, refletindo sobre sua capacidade de contribuir de forma independente, devendo declararem-se impedidos sempre que surgirem situações de conflito que possam afetar os interesses da B3.

**Art. 10.** As deliberações do Comitê Interno devem ser registradas em ata, que pode ser redigida de forma sumária, identificando os membros do Comitê Interno presentes na respectiva reunião, bem como eventuais convidados, e relatando o resultado das deliberações.

#### **CAPÍTULO IV DAS RESPONSABILIDADES**

**Art. 11.** Compete ao Comitê Interno:

- a)** analisar os relatórios de auditoria produzidos pela BSM ou por terceiro contratado para esse fim, contendo o resultado de auditoria realizada nos participantes requerentes da autorização de utilização do Selo, com o intuito de aferir o cumprimento dos requisitos estabelecidos no Roteiro Básico de Certificação (Relatório de Auditoria da BSM);
- b)** decidir quanto à concessão de autorização de utilização do Selo;
- c)** decidir sobre o cancelamento de autorização de utilização do Selo;
- d)** decidir sobre a submissão de autorização de utilização do Selo ao processo de revisão, quando aplicável;



- e) recomendar aos participantes a adoção de medidas para fins de concessão ou manutenção da autorização de utilização do Selo;
- f) definir a forma de divulgação da relação de participantes aos quais foram concedidas autorizações para utilização do Selo, assim como a periodicidade dessa divulgação;
- g) estabelecer regras, padrões e critérios, inclusive de ordem formal, para a utilização do Selo pelos participantes autorizados para essa finalidade; e
- h) propor alterações nas regras e nos procedimentos do Roteiro Básico, assim como a edição de normas complementares a este Regimento.

## **CAPÍTULO V**

### **DA COORDENAÇÃO E DA SECRETARIA**

**Art. 12.** O Presidente deve nomear 1 (um) Coordenador do Comitê Interno.

**§1º** Compete ao Coordenador do Comitê Interno:

- a) elaborar a convocação e presidir as reuniões do Comitê Interno;
- b) representar o Comitê Interno no seu relacionamento com a Diretoria da Companhia e suas auditorias interna e externa, organismos e comitês internos, assinando, quando necessário, as correspondências, convites e relatórios a eles dirigidos, bem como realizando, quando solicitado, reportes das atividades do Comitê Interno;
- c) zelar pelo cumprimento deste Regimento;
- d) nomear o secretário do Comitê Interno (Secretário);
- e) manter o site da B3 atualizado em relação à lista dos participantes certificados e autorizados a utilizar o Selo;

- f)** coordenar a elaboração das atas; e
- g)** reportar os temas discutidos e as deliberações efetuadas pelo Comitê Interno ao Presidente, quando assim for solicitado ou quando julgar pertinente.

**§2º** No caso de ausência ou impedimento temporário do Coordenador, suas funções serão exercidas, em caráter temporário, por um dos membros do Comitê Interno.

**§3º** Na hipótese de um dos membros do Comitê Interno ter sido indicado pelo Coordenador, na forma do artigo 4º, este será seu substituto temporário conforme previsto no §3º deste artigo. Caso nenhum dos membros tenha sido indicado pelo Coordenador, o Presidente poderá indicá-lo.

**Art. 13.** Compete ao Secretário do Comitê Interno:

- a)** organizar a pauta dos assuntos a serem discutidos pelo Comitê Interno;
- b)** organizar e enviar os materiais de suporte utilizados nas reuniões do Comitê Interno;
- c)** enviar a convocação das reuniões do Comitê Interno, informando aos membros o local, a data, o horário e a ordem do dia;
- d)** secretariar as reuniões e elaborar as respectivas atas;
- e)** acompanhar e controlar as solicitações e as pendências originadas das reuniões do Comitê Interno;
- f)** acompanhar o arquivamento das atas;
- g)** encaminhar todos os documentos de suporte das reuniões, assim como as atas originais assinadas, para arquivo da Secretaria de Governança; e

- h)** comunicar as partes interessadas, em conjunto com o Coordenador, as deliberações do Comitê Interno quanto à concessão de autorização de utilização do Selo, denegação do pedido de autorização de utilização do Selo, cancelamento de autorização concedida, submissão de autorização de utilização do Selo ao processo de revisão, bem como correspondências relacionadas à recomendação de adoção de medidas deliberadas pelo Comitê Interno.

**Art. 14.** A Secretaria de Governança da Companhia deve acompanhar o funcionamento e a aderência do Comitê Interno a este Regimento.

**Parágrafo único.** Compete à Secretaria de Governança, no que se refere ao Comitê Interno previsto neste Regimento:

- a)** revisão da aderência dos temas discutidos nas reuniões de cada Comitê Interno às atribuições definidas neste Regimento;
- b)** apuração da quantidade de reuniões do Comitê Interno realizadas ao longo de cada ano, conforme periodicidade definida neste Regimento;
- c)** apuração da frequência média de reuniões e da presença dos membros do Comitê Interno;
- d)** revisão e arquivamento das atas de reunião do Comitê Interno; e
- e)** reporte ao Presidente, dos resultados do acompanhamento do Comitê Interno, contendo: quantidades de reuniões realizadas, percentual de presença dos membros e eventuais outras informações necessárias para a avaliação da performance do Comitê Interno.

## **CAPÍTULO VII DA CERTIFICAÇÃO**

**Art. 15.** Os procedimentos de análise dos pedidos para autorização de utilização do Selo iniciam-se com a apresentação do correspondente requerimento pelo participante interessado.

**Parágrafo único.** A apresentação do requerimento pelo participante interessado implica a ciência de todas as regras e procedimentos estabelecidos pela B3 no âmbito do PQO, inclusive deste Regimento.

**Art. 16.** O Relatório de Auditoria da BSM, bem como as demais informações necessárias para a realização das respectivas reuniões do Comitê Interno são utilizados como documentos de suporte para a deliberação sobre as autorizações de utilização do Selo requerido pelo participante.

**Parágrafo único.** O Relatório de Auditoria da BSM deve registrar as razões e os esclarecimentos prestados pelo participante relativos aos pontos nele identificados.

**Art. 17.** O Comitê Interno deve considerar (i) quando da análise do requerimento para a autorização de utilização do Selo; (ii) periodicamente, com o intuito de deliberar a respeito de manutenção de autorização de utilização do Selo; (iii) quando da submissão de autorização de utilização do Selo ao processo de revisão; e (iv) quando do cancelamento de autorização concedida, o seguinte:

- a)** o atendimento aos requisitos do Roteiro Básico de Certificação do PQO, conforme descrito no Relatório de Auditoria da BSM;
- b)** as estruturas organizacionais, de suporte e de controles internos do participante;

Este Ofício Circular produz efeitos a partir da data de sua publicação, respeitados os prazos específicos de vigência, se houver.

O teor deste documento confere com o original assinado, disponível na B3.  
Praça Antonio Prado, 48 – 01010-901 – São Paulo, SP  
Tel.: (11) 2565-4000 – Fax: (11) 2565-7737

- c) os padrões de evolução e de comprometimento do participante, de seus administradores e sócios/acionistas controladores na execução de seu negócio e no atendimento aos requisitos do PQO, assim como as perspectivas de resolução de eventuais pendências e a relevância de tais pendências para fins de autorização de uso do Selo;
- d) o histórico e padrão das atividades do participante, de seus administradores e sócios controladores na B3, incluindo, mas não se limitando, ao atendimento das regras e procedimentos de acesso e operacionais da B3;
- e) a estrutura econômico-financeira, societária e de governança corporativa do participante;
- f) a sustentabilidade de seu planejamento estratégico e de seus negócios e as ações de caráter socioambiental;
- g) os esforços e cuidados do participante, de seus administradores e sócios/acionistas controladores no que diz respeito à sua imagem e reputação no mercado e à imagem e reputação da B3 e dos mercados por ela administrados; e
- h) outros requisitos considerados relevantes pelo Comitê Interno.

**Parágrafo único.** O participante que solicitar ou possuir Selo deverá manter relação contratual somente com Agentes Autônomos de Investimento que atendem, exclusivamente, a investidores pessoas físicas e pessoas jurídicas não financeiras, sendo esta regra aplicada somente para participantes do Listado B3.

**Art. 18.** Além da análise contida no Art. 17, a concessão, manutenção e revogação do Selo pelo Comitê Interno considera faixas que representam porcentagens de maturidade do controle (Roteiro Básico) do PQO, conforme detalhado abaixo.

### §1º. Roteiro Básico

Porcentagem de maturidade do controle	Período 1	Período 2	Período 3
<b>Acima de 70%</b>	Selo concedido Selo mantido	Selo mantido	Selo mantido
<b>Entre 50% e 70%</b>	Selo não concedido Notificação	Selo em revisão	Selo revogado
<b>Abaixo de 50%</b>	Selo não concedido Selo em revisão	Selo revogado	Selo revogado

- a) A porcentagem de maturidade do controle de um participante é aferida da seguinte forma: número de processos com nível inferior a 3% de não conformidade dividido pelo número total de processos aplicáveis ao participante nas auditorias conduzidas pela BSM, em determinado período;
- b) Entende-se como período o ciclo de auditoria, conforme cronograma definido pela BSM, em seus respectivos normativos; e

- c) De forma a complementar as informações contidas na tabela acima, exemplifica-se as situações descritas abaixo.

**Concessão do Selo:**

- (i) o participante deverá estar acima de 70% de atingimento de maturidade nos processos descritos no Roteiro Básico.

**Manutenção do Selo:**

- (i) caso o participante esteja acima de 70% (setenta por cento), o Selo será mantido.
- (ii) caso o participante esteja entre 50% (cinquenta por cento) e 70% (setenta por cento) no Período 1, será notificado para que melhore seu percentual de aderência aos processos descritos no Roteiro Básico. Continuando entre 50% (cinquenta por cento) e 70% (setenta por cento) de atingimento no Período 2, o Selo entrará em revisão. Mantendo-se entre 50% (cinquenta por cento) e 70% (setenta por cento) no Período 3, o Selo será revogado.
- (iii) caso o participante esteja abaixo de 50% (cinquenta por cento) no Período 1, o Selo entrará em revisão. Não havendo melhora no índice de atingimento, entre 50% (cinquenta por cento) e 70% (setenta por cento) no Período 2, o Selo será revogado.
- (iv) caso o participante esteja abaixo de 50% (cinquenta por cento) no Período 1, o Selo entrará em revisão; havendo melhora no índice de atingimento, entre 50% (cinquenta por cento) e 70% (setenta por cento) no Período 2, o Selo continuará em revisão; e, atingindo 70% (setenta por cento) no Período 3, o Selo será mantido; e, caso não atinja 70% (setenta por cento) no Período 3, o Selo será revogado.

**Parágrafo único.** Em adição aos critérios listados na tabela acima, o participante não poderá ter nenhum processo com um nível de não conformidade superior a 15% (quinze por cento) para a concessão e manutenção de seu Selo, sob pena de ser notificado ou ter o Selo colocado em revisão.

**Art. 19.** No desenvolvimento de suas atividades, o Comitê Interno pode:

- a) requerer, à BSM, esclarecimentos suplementares e novas averiguações;
- b) requerer ao participante a prestação de novos esclarecimentos ou o envio de informações complementares; e
- c) requerer às áreas internas da B3 informações adicionais que reputar necessárias, incluindo, mas não se limitando, a informações relacionadas a questões operacionais e cadastrais do participante, bem como à eficiência na condução dos negócios.

## **CAPÍTULO VIII DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES**

**Art. 20.** Nos casos em que seja constatada infração a este Regimento, ao Roteiro Básico do PQO ou às demais normas da B3 pertinentes às atribuições do Comitê Interno, este deliberará, levando em conta a gravidade e a possibilidade de serem sanados os fatos ocorridos, bem como o padrão e o histórico da atuação do participante na B3, sobre:

- a) o envio de advertência ao participante, estabelecendo o prazo para a correção da irregularidade, observado o disposto nesse Regimento;
- b) a submissão de autorização de utilização de Selo ao processo de revisão;
- c) o cancelamento da autorização de uso do Selo.

Este Ofício Circular produz efeitos a partir da data de sua publicação, respeitados os prazos específicos de vigência, se houver.

O teor deste documento confere com o original assinado, disponível na B3.  
Praça Antonio Prado, 48 – 01010-901 – São Paulo, SP  
Tel.: (11) 2565-4000 – Fax: (11) 2565-7737



**Parágrafo único.** O disposto no *caput* aplica-se também:

- a) aos casos de utilização irregular do Selo, fora dos padrões e dos critérios estabelecidos pela B3; e
- b) aos casos em que a ação ou omissão do participante, bem como de seus administradores, funcionários ou prepostos afetem, direta ou indiretamente, a imagem ou reputação da B3.

**Art. 21.** O processo de submissão de autorização de utilização de Selo à revisão será encerrado somente quando forem cumpridas as exigências determinadas ao participante.

**Art. 22.** Caso o Comitê Interno delibere pelo cancelamento da autorização de uso do Selo, o participante será comunicado pela B3, em até 2 (dois) dias úteis da decisão nesse sentido, e deverá remover toda e qualquer menção ao Selo de todo e qualquer veículo de comunicação por ele utilizado, incluindo, mas não se limitando a sites, assinaturas de e-mail e material publicitário em até 7 (sete) dias corridos contados do recebimento da comunicação. Esse prazo também será utilizado pela B3 para remover o participante de sua lista de instituições que possuem Selo publicamente divulgada pela B3.

**Parágrafo único.** Caso o participante não cumpra com o estabelecido no *caput* no prazo indicado, a B3 pode divulgar em seu site e por meio de seus canais de comunicação institucionais com o mercado informação sobre utilização indevida do Selo pelo participante, bem como adotar todas as medidas que entender pertinentes.

## **CAPÍTULO IX**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 23.** A B3 deve manter a lista atualizada dos participantes certificados e autorizados a utilizar o Selo em seu site.

**Art. 24.** O presente Regimento é aprovado pelo Presidente da B3.

**Art. 25.** As omissões deste Regimento e dúvidas de interpretação de seus dispositivos devem ser decididas em reunião pelo Comitê Interno, com voto de 2/3 (dois terços) dos membros presentes.

**Art. 26.** Este Regimento entra em vigor em 01/01/2022.

**Art. 27.** No caso de ausência igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) das reuniões realizadas no ano, por determinado membro, o Coordenador pode indicar ao Presidente a substituição por um novo membro que atenda aos critérios estabelecidos neste Regimento.

**Art. 28.** Para o desempenho de suas funções, os membros do Comitê Interno devem ter acesso às informações de que necessitarem.

**Art. 29.** Aplica-se aos membros efetivos do Comitê Interno o disposto no Código de Conduta e nas regras internas de divulgação de informações e de negociação de valores mobiliários.

**Art. 30.** Toda e qualquer dúvida acerca da interpretação ou da aplicação deste Regimento Interno será dirimida pelo Presidente, com o suporte da Secretaria de Governança.